

O Mundo em Português Nº2

Novembro 1999

A Incógnita Bouteflika

José Garçon

Bouteflika é o homem da mudança na Argélia? Em seis meses, ele conseguiu produzir a ilusão de que as coisas estão a mexer. Mas, obcecado em legitimar o seu poder, ainda não deu uma resposta concreta à enorme expectativa que criou nos argelinos.

A Presidência de Abdelaziz Bouteflika na Argélia será a da mudança e do regresso à paz num país devastado desde há sete anos pela guerra civil? Ou será a da restauração autoritária de um regime militar já sem fôlego depois de ter detido as rédeas do poder durante cerca de quatro décadas? Seis meses depois da sua eleição continua a ser difícil responder. No entanto, e apesar de ter sido colocado no lugar pelos militares, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Houari Boumédiène (1965-1979) conseguiu aparecer como o homem da "ruptura" face ao "imobilismo".

Isto não tem nada de novo. Desde Chadli Bendjedid que os chefes de Estado argelinos – e aqueles que os aconselham – são mestres na arte de reclamar um apoio internacional apresentando-se como "bons reformadores" face a um sistema que "bloqueia tudo". Mas a habilidade do novo Presidente consiste em ter feito do discurso e da diplomacia duas armas decisivas e em ter dado substância às intenções que lhe são atribuídas por um estilo que se demarca do dos seus antecessores.

Juntando sedução, cinismo, arrogância narcísica, autoritarismo, populismo e demagogia, ele multiplica os efeitos de anúncio de temas populares – paz, serviço militar, corrupção – e lança verdades admitidas por todos mas tornadas tabu por sete anos de propaganda político-mediática. Fez assim um balanço da guerra que se aproxima do da oposição –100 mil mortos – e considerou como "delito" e "violência" a anulação das legislativas de 1991 (em que a vitória teria sido dos islamistas da FIS).

Falando em árabe e em francês, explora o nacionalismo das multidões, fazendo-as sonhar com o regresso a um passado mítico mas que acabou com o fim da euforia petrolífera dos anos 70. A diplomacia, que ele domina bem porque chefiou a do seu país durante 15 anos, tornou-se um meio formidável de encontrar na cena internacional a legitimidade que lhe faltava na Argélia.

É difícil compreender o activismo dos primeiros seis meses da Presidência Bouteflika e a organização, a 16 de Setembro, de um referendo sobre a paz e a "concordia civil" se ignorarmos a sua obsessão: fazer esquecer o pecado original da sua ascensão ao poder, uma fraude maciça provocada por ele próprio ao exigir ao comando militar um elevado nível de participação no escrutínio.

Foi portanto um candidato único escolhido pelos militares que foi eleito a 15 de Abril de 1999. No fim da primeira campanha presidencial verdadeiramente pluralista da história da Argélia independente, os seus seis adversários preferiram retirar-se da corrida, na véspera do escrutínio, para não "caucionar um simulacro".

Esta decisão mostrou que a questão essencial da crise não se situava tanto no confronto ideológico "modernidade/obscurantismo islamista", apesar de o

terrorismo islamista ter durante muito tempo permitido mascarar a realidade de um poder totalitário que não tolera nenhuma abertura democrática e que parece incapaz de se reformar. O activismo do chefe de Estado, o referendo sobre a paz... e uma boa dose de sorte permitiram no entanto a Bouteflika fazer esquecer o opróbrio que marcou a sua eleição. A subida do preço do petróleo deu-lhe um balão de oxigénio no campo económico. A cimeira da OUA em Argel, a morte do rei de Marrocos, Hassan II – que lhe possibilitou um golpe político-mediático destinado a seduzir os ocidentais, ao apertar a mão do israelita Ehud Barak – e finalmente a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, serviram-lhe de entronização internacional.

Islamistas divididos

Mas esta mudança de forma não foi acompanhada por uma mudança de fundo. Trata-se essencialmente de uma política-espectáculo destinada a dar credibilidade ao chefe de Estado e a retirar o tapete de debaixo dos pés da oposição. Isto aplica-se particularmente ao “adeus às armas” proclamado, em Junho de 1999, pelo Exército Islâmico de Salvação (EIS, braço armado da FIS) e à amnistia que se seguiu. Na realidade, esta rendição foi negociada há dois anos pelo alto comando militar, e a amnistia anunciada pelo Presidente já fazia parte do acordo de 1997.

Dois interesses, o dos militares e o de Bouteflika, convergiram para a oficialização desta trégua unilateral. Os militares deveriam dar-lhe uma “cobertura” política e jurídica, dado que ela era já impossível de dissimular, com os combatentes do EIS a circular livremente em várias regiões. O Exército espera por outro lado que a perspectiva de uma amnistia incite os grupos armados que não aderiram às tréguas a juntarem-se a elas. Os “decisores”, este conjunto de altos graduados que exercem na realidade o poder, obedecem ainda a uma motivação decisiva: permitir aos elementos das forças de segurança infiltrados entre os rebeldes beneficiar, no meio da confusão, da amnistia.

Bouteflika tinha também todo o interesse em assumir politicamente este acordo. Ele permite-lhe aparecer como um arquitecto da paz e colocar os seus opositores numa situação difícil. Há muito que estes militam a favor da “reconciliação” – o que durante anos lhes valeu os insultos e o ódio daqueles que hoje descobrem as virtudes dessa mesma reconciliação. Por isso a oposição não pode manifestar-se contra a iniciativa do Presidente, embora a própria formulação da pergunta submetida a referendo – “É a favor ou contra a iniciativa geral do Presidente da República visando a realização da paz e da concórdia civil?” – não deixasse qualquer dúvida de que se tratava de um plebiscito destinado a colmatar o défice de legitimidade do chefe de Estado e a substituir-se aos números contestados da sua eleição.

Este referendo conseguirá realmente conduzir à paz? A libertação de 2300 prisioneiros islamistas constitui sem dúvida um gesto de descompressão. Mas está longe de iniciar um processo real de reconciliação nacional que conduza a um acordo negociado e pacífico. A violência que ensanguentou o país desde que o EIS depôs as armas prova que esta organização não controla todos os grupos armados.

Aliás, o movimento islamista está muito dividido relativamente a esta questão. Quatro dos principais dirigentes da FIS, entre os quais Abdelkader Hachani, o mais político e o mais pragmático de todos, não escondem as suas reservas quanto à iniciativa de Bouteflika. Parece por isso difícil que um acordo com o EIS seja suficiente para resolver um conflito particularmente complexo dado o número dos seus protagonistas.

As autoridades podem gabar-se de uma clara melhoria da situação a nível de segurança, sobretudo nas grandes cidades. Mas a violência está longe de ter sido

erradicada. Seja através do GIA ou do "Grupo salafista para a pregação e o combate" ou, por vezes, de alguns serviços de segurança, as suas causas persistem. Uma repressão cega, o desejo de vingança e uma terrível miséria favorecem a constituição de um lumpen, viveiro inesgotável de todos os terrorismos. E o futuro não se anuncia cor-de-rosa. Bouteflika prometeu um "castigo sem piedade" a todos os que não se tenham rendido até Janeiro de 2000. Se isso acontecer, a engrenagem repressão/violência poderá desencadear um novo ciclo de violência.

Neste contexto, a iniciativa tem poucas hipóteses de conduzir a uma resolução global do conflito. Até porque os 200 mil membros de milícias armados pelo Estado não fazem parte do acordo e o problema do seu desarmamento não parece estar na ordem do dia.

Por enquanto ninguém sabe exactamente o que é que o chefe de Estado pretende fazer com a legitimidade que pensa ter adquirido no referendo. E se estará disposto a entrar em conflito com a alta hierarquia militar, alterando os equilíbrios internos. Esta dupla incógnita determinará em grande parte o desenrolar dos acontecimentos. Porque na Argélia as mudanças são quase sempre provocadas pela evolução das relações de força entre os "decisores".

Os chefes militares receiam, mais do que qualquer outra coisa, um efeito de abertura política que instaure um verdadeiro pluralismo podendo conduzir a uma alternância e partilha do poder. Neste ponto crucial, tudo indica que Bouteflika não se distingue dos "decisores" e que a sua presidência anuncia um regresso a práticas autoritárias tingidas de demagogia populista.

Parece claro que ele negociou com os "decisores" uma margem de manobra mais importante que todos os seus antecessores. Os militares querem preservar a sua coesão mas evitando colocar-se em primeira linha e querem dar um rosto apresentável ao regime para não afastar os parceiros externos da Argélia. Seria vão esperar que, sem liberdade de acção, Bouteflika conseguisse este "lifting" do regime.

Este goza portanto de um real espaço de liberdade, na condição de respeitar um certo número de "linhas vermelhas": recusar qualquer reorganização da FIS e qualquer abertura democrática; não pôr em causa o papel do Exército e não tocar no controlo da renda. Nestes quatro pontos, o chefe de Estado ainda não fez nada que pudesse inquietar os "decisores".

Por muito veementes que sejam, as denúncias de incúria da administração ou de corrupção devem ser relativizadas. Elas são uma constante na boca dos Presidentes argelinos e nunca incomodaram os chefes militares, desde que não sejam ditos nomes.

Alguns recuos do Presidente argelino mostram, contudo, que o Exército não está disposto a deixá-lo tocar em dossiers que até aqui têm sido da sua "soberania". A começar por Marrocos. Depois de vários sinais de abertura em direcção a Rabat, Bouteflika teve que se retratar e fazer eco das acusações da imprensa argelina contra Marrocos "que ajuda o GIA".

E isto apesar de o estabelecimento de boas relações com o vizinho ocidental ser para ele um objectivo estratégico, que lhe permitiria marcar pontos junto da França e dos Estados Unidos, muito preocupados com a estabilidade do reino. Mas, dado que Marrocos constitui uma peça-chave nas relações de força internas do poder argelino, o Exército não tem qualquer intenção de deixar o assunto nas mãos de Bouteflika.

Período de incerteza

A capacidade de comunicação do chefe de Estado e uma "ofensiva" televisiva sem precedentes reforçaram, apesar de tudo, a ideia de que as coisas mexeram bastante em seis meses. Isso criou um "efeito Bouteflika" junto de uma população esgotada por sete anos de guerra civil e ávida de mudança.

Mas o facto é que a Argélia está a entrar num período de incerteza. Bouteflika parece ter como única visão política ser um grande homem de um grande país. Tirando isso, ninguém sabe muito bem em que direcção é que ele vai. No que diz respeito aos islamistas, afirma que este movimento não se vai reconstituir, mas deixou que as mesquitas do país se transformassem em tribunas para defender o "sim" no referendo à revelia de uma Constituição que proíbe "a utilização da religião para fins políticos".

No plano económico defende ao mesmo tempo o liberalismo e a manutenção das empresas públicas e repete, perante uma situação social dramática, que "não tem a varinha mágica". E no entanto 14 milhões de argelinos, cerca de metade da população, vivem abaixo do nível de pobreza, e o desemprego atinge 29 por cento da população activa, sobretudo os jovens e as mulheres.

A aplicação de uma política económica coerente exige uma condição prévia que até aqui era impossível conseguir: a eliminação dos grupos de interesses dominantes que se aproveitam do statu quo. A passagem para uma economia de mercado e o processo de reestruturação da economia esbarraram sempre nos antagonismos existentes entre os clãs e as suas clientelas.

Face a esta situação, é incontestável que o chefe de Estado argelino imprimiu uma mudança de tom e de forma. A sua atitude está a contribuir para redesenhar os contornos da função presidencial e anuncia uma recomposição do sistema e do campo político da qual ainda se desconhecem as regras.

O acordo com os "decisores"

No complexo jogo de equilíbrio que se desenrola ao mais alto nível do Estado, ele dispõe de alguns trunfos, a começar por um enorme conjunto de poderes constitucionais. Os militares que "usaram" sete primeiros-ministros e cinco Presidentes desde 1992, não podem continuar a assumir uma instabilidade permanente. Além disso, ser-lhes-á difícil verem-se livres do chefe de Estado, pelo menos a curto prazo. Obcecados pelo síndrome Pinochet depois de uma guerra suja, sabem que ninguém lhes pedirá contas enquanto Bouteflika ocupar o cargo. É esta a base do seu acordo com o Exército.

Não é de excluir que Bouteflika sinta a tentação de ajustar algumas contas. Pode tomar decisões que desequilibrem os equilíbrios de força no seio do regime, particularmente nomeando figuras que lhe sejam próximas para cargos estratégicos. Ele parece, de facto, querer instaurar um regime presidencial forte. Dever-se-á ver nisso um casus belli com o Exército? Esta hipótese é real, dadas as lutas de poder que abalam regularmente a cúpula do Estado argelino e num país onde não é preciso muito para alterar os frágeis equilíbrios. A ausência de um novo Governo seis meses depois da eleição de Bouteflika pode ser um sinal disso.

Mas os "decisores" têm hoje interesse em conquistar alguma distância em relação à política e em apoiar-se num Presidente forte desde que este seja o garante da sua impunidade e respeite os domínios reservados da "soberania militar" (partilha dos lucros do petróleo e do gás, Sara Ocidental...).

Efectivamente, os termos do acordo entre Bouteflika e os que estiveram por detrás da sua eleição são claros: iludir os argelinos sobre o regresso à paz para melhor os

impedir de seguir o caminho das liberdades e da democracia.

Se este objectivo parece viável a curto prazo, não significa que não comporte perigos. A campanha eleitoral presidencial de 1999 reabilitou a acção política. É verdade que depois disso Bouteflika veio baralhar as linhas de clivagem tradicionais do campo político. Mas a marginalização dos partidos representativos e a ausência de medidas sociais credíveis não ajudarão à consolidação de um Estado enfraquecido e de instituições desacreditadas.

Por outro lado, os argelinos mostraram que estão dispostos a entrar pela primeira brecha que lhes apareça desde que acreditem que isso trará mudanças. A dinâmica da campanha presidencial de 1999 e a expectativa que têm hoje em relação a Bouteflika são reveladoras disso. O Presidente abriu uma caixa de Pandora. E corre o risco de radicalizar uma situação social já tensa se continuar a não dar resposta aos desejos de mudança.

Depois de ter atacado os defeitos do sistema como se fosse a primeira figura da oposição, vai ter que passar aos actos. Se não utilizar as suas cartas, e acabar por aparecer, apesar de todas as suas gesticulações, como o garante do statu quo, o desencanto poderá ser tão grande como foi a expectativa. Bouteflika não poderá continuar a tentar remediar com palavras os males de uma sociedade fragmentada, esmagada pela miséria, o ódio e a exclusão. O populismo e a demagogia nacionalista não conseguirão fazer com que os argelinos esqueçam eternamente as multidões de desempregados. Sobretudo se uma diminuição significativa da violência lhes permitir finalmente pensar noutra coisa para além da sua sobrevivência.

As autoridades podem gabar-se de uma clara melhoria da situação a nível de segurança, sobretudo nas grandes cidades. Mas a violência está longe de ter sido erradicada.